

A vida como produto: genealogia crítica das subjetividades neoliberais

Life as a product: a critical genealogy of neoliberal subjectivities

La vida como producto: genealogía crítica de las subjetividades neoliberales

Waldenilson Teixeira Ramos

Fernando da Silva Mancebo

Isabela Schneider

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Resumo

Este artigo, situado no campo da Psicologia Social e alinhado aos estudos contemporâneos da subjetividade, analisa, a partir do método genealógico foucaultiano, como o neoliberalismo opera como matriz produtora de subjetividades contemporâneas. O objetivo é investigar criticamente os modos pelos quais as tecnologias de poder neoliberais cristalizam estilos de vida, moldando corpos e modos de existência. Problematisa-se a governamentalidade neoliberal, que promove individualismo competitivo, empreendedorismo de si e internalização de normas, evidenciando-se o papel das práticas cotidianas como locais de impregnação política e resistência. A conclusão é a de que a genealogia desnaturaliza formas hegemônicas de vida, oferecendo instrumentos críticos para reconhecer e resistir às interpelações neoliberais sobre os sujeitos e suas existências.

Palavras-chave: Psicologia Social; Subjetividade; Governamentalidade; Neoliberalismo; Genealogia.

Abstract

This article, situated in the field of Social Psychology and aligned with contemporary studies of subjectivity, uses the Foucauldian genealogical method to analyze how neoliberalism

operates as a matrix for producing contemporary subjectivities. The objective is to critically investigate the ways in which neoliberal technologies of power crystallize lifestyles, molding bodies and modes of existence. It problematizes neoliberal governmentality, which promotes competitive individualism, self-entrepreneurship, and the internalization of norms, highlighting the role of daily practices as sites of political impregnation and resistance. The conclusion is that genealogy denaturalizes hegemonic forms of life, offering critical instruments to recognize and resist neoliberal interpellation on subjects and their existences.

Keywords: Social Psychology; Subjectivity; Governmentality; Neoliberalism; Genealogy.

Resumen

Este artículo, situado en el campo de la Psicología Social y alineado con los estudios contemporáneos de la subjetividad, analiza, a partir del método genealógico foucaultiano, cómo el neoliberalismo opera como matriz productora de subjetividades contemporáneas. El objetivo es investigar críticamente los modos en que las tecnologías de poder neoliberales cristalizan estilos de vida, moldeando cuerpos y modos de existencia. Se problematiza la gubernamentalidad neoliberal, que promueve el individualismo competitivo, el emprendimiento de sí mismo y la internalización de normas, evidenciando el papel de las prácticas cotidianas como lugares de impregnación política y resistencia. La conclusión es que la genealogía desnaturaliza formas hegemónicas de vida, ofreciendo instrumentos críticos para reconocer y resistir las interpelaciones neoliberales sobre los sujetos y sus existencias.

Palabras clave: Psicología Social; Subjetividad; Gubernamentalidad; Neoliberalismo; Genealogía.

Introdução

A emergência do neoliberalismo transcende as fronteiras estritamente econômicas, consolidando-se como uma

racionalidade política que modula profundamente os modos contemporâneos de subjetivação (Foucault, 2008). Diante disso, torna-se relevante analisar criticamente como essa matriz neoliberal

impregna as relações sociais, econômicas e subjetivas. Ao fazê-lo, ela estabelece regimes de verdade que naturalizam formas específicas de existência, ao mesmo tempo que obscurecem seus processos históricos de produção (Dardot & Laval, 2016).

Este artigo tem como objetivo central realizar uma análise crítica das tecnologias discursivas e das práticas de poder que estruturam o neoliberalismo enquanto estilo de vida e forma de governamentalidade contemporânea. A questão-problema que guia esta investigação pode ser assim formulada: de que maneira as práticas discursivas e as tecnologias de poder do neoliberalismo se cristalizam e se naturalizam nos modos contemporâneos de subjetivação?

Para responder a essa questão, a base teórico-metodológica adotada são os estudos de Michel Foucault, especialmente suas formulações acerca da arqueologia dos saberes, genealogia do poder e governamentalidade (Foucault, 2008, 2012, 2016). Neste percurso analítico, busca-se explicitar como o neoliberalismo opera por meio de estratégias que governam o sujeito pela valorização do individualismo, do empreendedorismo e do constante autoaperfeiçoamento, criando corpos dóceis e produtivos, ajustados às

necessidades do mercado e da ordem social vigente.

A crítica foucaultiana, ao expor essas estratégias de dominação e subjetivação, possibilita não apenas uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos pelos quais se exerce o poder contemporâneo, mas também indica horizontes possíveis para resistências e invenções de outras formas de vida menos submetidas às lógicas neoliberais (Foucault, 2008; Safatle, 2021). Ao delinear esses aspectos, o presente estudo contribui para o campo da Psicologia Social e dos estudos da subjetividade, oferecendo ferramentas críticas que permitem identificar e interpelar os discursos, saberes e práticas que moldam nosso presente histórico. Assim, é possível colocar em xeque a suposta inevitabilidade dos modos neoliberais de viver e abrir caminhos para novos arranjos ético-políticos.

Neoliberalismo, liberdade e governo da vida

O neoliberalismo se consolidou como mais do que um conjunto de políticas econômicas; trata-se de uma racionalidade política abrangente que organiza a vida social. Conforme definido por David Harvey (2008), o neoliberalismo é,

(...) em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, mercados livres e livre comércio (Harvey, 2008, p. 12).

Em outros termos, os defensores do neoliberalismo advogam a privatização generalizada de bens e serviços públicos, a desregulamentação dos mercados em todas as esferas da economia e o enxugamento de políticas e gastos públicos sociais. Esses eixos centrais são apresentados como o caminho para maximizar a liberdade individual e a eficiência do mercado, partindo do pressuposto de que a iniciativa privada e a concorrência, quando liberadas de amarras estatais, conduziriam ao progresso e ao bem-estar geral.

Entretanto, observa-se uma contradição inerente a esse discurso: ao mesmo tempo que prega a redução da intervenção estatal e a autorregulação dos mercados (inclusive desregulamentando a vida cotidiana sob a lógica do mercado), o

neoliberalismo exige um Estado forte em áreas muito específicas. Como aponta Harvey (2008, p. 12), cabe ao Estado “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada” a essas práticas de mercado e garantir, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados e a proteção dos direitos de propriedade privada. Ou seja, apesar do apelo à liberdade de mercado, o aparato estatal é mobilizado para assegurar os fundamentos jurídicos, policiais e até militares que resguardam a propriedade e os contratos. Nesse sentido, tal dinâmica paradoxal evidencia que a suposta “liberdade” promovida pelo neoliberalismo está condicionada à manutenção de uma ordem que privilegia o capital: libera-se o mercado, mas não se hesita em usar o poder estatal para proteger a acumulação privada.

Os resultados concretos dessa orientação mostram um descompasso entre a retórica e a realidade. A promessa de que a prosperidade “se espalharia aos demais” à medida que os ricos enriquecem — uma atualização do mito do gotejamento (*trickle-down*) — não se sustenta diante dos dados materiais. Em vez de difundir riqueza, o que se verifica é a consolidação da concentração financeira e de poder nas mãos de poucos. Como consequência, acentuam-se as desigualdades

socioeconômicas e, enquanto o topo da pirâmide social amplia seus recursos, as camadas inferiores enfrentam a crescente precarização de suas condições de vida. Sem a mediação regulatória do Estado em favor da proteção social, as relações de trabalho tornam-se mais desiguais e brutais, com o enfraquecimento de direitos trabalhistas e redes de seguridade. Trabalhadores submetidos à lógica do “mercado livre” veem sua segurança laboral diminuída, salários comprimidos e direitos básicos relativizados, o que os torna mais vulneráveis e dependentes — verdadeiras “mercadorias baratas” na ordem econômica vigente. Em suma, a ideologia neoliberal desconsidera que, sem mecanismos de correção de assimetrias, a competição tende a beneficiar desproporcionalmente quem já detém capital, ampliando a distância entre o “vencedor” e os demais.

Para além de seus aspectos econômicos, o neoliberalismo opera também como forma de governo da vida no sentido foucaultiano, isto é, uma governamentalidade que penetra no nível dos comportamentos individuais e dos valores culturais. A racionalidade neoliberal não se limita às políticas de Estado, mas difunde-se por capilaridade no cotidiano, induzindo sujeitos a internalizar

seus princípios de mercado. Desse modo, consolida-se um estilo de vida empresarial: estimula-se cada indivíduo a pensar a si próprio como uma empresa, um empreendedor de si. Relações pessoais e afetos são reconfigurados em termos de investimento e retorno. O amor e a educação, por exemplo, são concebidos como “capital humano” a ser cultivado para sucesso futuro, e até mesmo o lazer ou o autocuidado são valorizados apenas como meio de regenerar a força de trabalho. Essa internalização produz um sujeito que se autogerencia segundo lógicas de eficiência e competição, muitas vezes em detrimento de outras éticas de cuidado coletivo ou de realização pessoal não mercantil. O neoliberalismo, portanto, transborda a esfera econômica e política tradicional e gere a vida íntima, delineando quais condutas, desejos e formas de existir são legítimos ou valorizáveis. Em síntese, longe de realizar o ideal libertador que apregoa, o neoliberalismo, como forma de governo, produz novas modalidades de servidão e concentrações de poder, mantendo o verniz do discurso liberal enquanto promove a aniquilação da alteridade e o gerenciamento estrito da vida em sociedade.

As camadas do discurso e os múltiplos processos de subjetivação

Michel Foucault (1926–1984), filósofo francês, desenvolveu ao longo dos anos de 1960 aquilo que os comentadores costumam chamar de sua fase arqueológica (Deleuze, 1988) — um período em que elaborou uma metodologia própria para investigar as condições históricas de produção dos saberes. Nessa fase Foucault não segue a história linear dos fatos ou uma evolução supostamente contínua das ideias, mas propõe uma abordagem inovadora: a arqueologia dos discursos, isto é, uma “escavação” das camadas de saber que sustentam o que se toma por verdade em cada época (Foucault, 2012). Em suma, a fase arqueológica do pensamento foucaultiano estabelece os alicerces teórico-metodológicos sobre saber, poder e discurso que irão informar as etapas seguintes de sua obra. Isso se deve ao fato de que, ao investigar a fundo os *a priori* históricos de cada formação discursiva, o filósofo demonstra que poder e saber são indissociáveis: o saber produz efeitos de poder (por exemplo, a autoridade do médico, do jurista, do economista) ao mesmo tempo que relações de poder estruturam quais saberes podem emergir e prevalecer.

No entanto, suas formulações de modo algum se encerraram nessa perspectiva. A passagem do método arqueológico para a genealogia do poder marca uma inflexão significativa no pensamento de Michel Foucault. Se na arqueologia do saber a história aparecia como uma série de camadas de discurso sedimentadas ao longo do tempo — camadas formadas por cristalizações de saberes e enunciados tomados provisoriamente como verdades —, a fase genealógica busca explicitar as múltiplas determinações que engendram essas formações discursivas e, sobretudo, os processos de subjetivação delas decorrentes. Em outras palavras, Foucault passa a investigar não apenas o que se diz em cada estrato histórico, mas como certos discursos e práticas foram historicamente produzidos por relações de poder difusas, constituindo os sujeitos e os modos de vida contemporâneos.

Nessa perspectiva genealógica, inspirada fortemente por Nietzsche, não se trata de procurar uma origem única ou uma evolução linear dos fenômenos sociais. A proposta consiste em mapear, sob uma perspectiva que considera a história como espaço de disputa de forças, as condições históricas de possibilidade que deram lugar às nossas formas atuais de saber, poder e

ser. Trata-se, portanto, de um deslocamento em relação às leituras tradicionais do poder. Ao contrário das teorias clássicas, como, por exemplo, a leitura marxista, que localiza o poder fundamentalmente nas estruturas econômicas (a propriedade dos meios de produção pela classe burguesa), Foucault propõe que o poder não possui uma localização fixa ou central. Ele abandona a ideia de que o poder seja algo detido exclusivamente por uma instância soberana ou classe dominante, sugerindo, em vez disso, que o poder circula através de múltiplas instâncias e níveis da sociedade. O ponto nodal da analítica foucaultiana do poder é justamente sua não localização e sua natureza reticular (em rede). Foucault concebe o poder não como uma substância, mas como uma estratégia relacional presente em todas as partes do corpo social. Nesse sentido, o poder está presente em todo lugar onde haja relações humanas, não apenas nas macroestruturas político-econômicas, mas também nas interações e instituições mais corriqueiras. Conforme sintetiza Machado, “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada e ninguém escapa, e que não existe exterior possível” (Machado, 1995, p. 15). Em vez de conceber o poder como algo que alguns

possuem e de que outros padecem, Foucault analisa suas manifestações como um conjunto de práticas produtivas e estratégicas, polimorfos e polivalentes, que atravessam todo o corpo social.

Dessa forma, a genealogia foucaultiana revela uma verdadeira microfísica do poder atuando nas instituições e nos discursos do cotidiano. Instituições como a família, a escola e o sistema médico, bem como os discursos sobre a sexualidade, emergem como importantes tecnologias de produção da subjetividade. Cada uma dessas instâncias participa, a seu modo, da tessitura difusa do poder, operando sobre os indivíduos e moldando seus comportamentos, corpos e identidades.

Ao destacar tais processos, Foucault critica a naturalização das formas de vida e dos códigos disciplinares modernos. Aquilo que frequentemente se toma como dado “natural” — a estrutura familiar, as distinções de gênero, os critérios de sanidade ou loucura, as noções de respeitabilidade sexual, os hábitos de trabalho e de repouso, etc. — revela-se, na verdade, produto de estratégias históricas de poder que fabricam essas aparentes evidências. A genealogia do poder opera, assim, uma desnaturalização radical: ela sacode as supostas obviedades do presente

para desvendar os processos pelos quais elas foram constituídas e convertidas em “verdades”. Trata-se, em última instância, de demonstrar que não existe um “fora” do poder — nossas identidades e modos de vida estão atravessados por múltiplas determinações históricas — e, portanto, qualquer projeto de emancipação ou resistência precisa considerar essa microfísica difusa do poder. Sem confrontar as tecnologias cotidianas de sujeição (nas quais, muitas vezes, os próprios indivíduos estão inseridos inconscientemente), de pouco adianta alterar apenas a estrutura macroscópica da dominação. Por fim, ao expor genealogicamente as condições históricas de formação dos sujeitos modernos, Foucault incita uma crítica reflexiva dos próprios sujeitos em relação às instâncias que os constituíram, questionando as “verdades” tidas como inevitáveis e abrindo, assim, a possibilidade de reinventar os modos de existência (Abumanssur, 2017).

Genealogia como método de investigação da subjetividade moderna: ética do casal

Michel Foucault, sobretudo no curso *Subjetividade e verdade* (2016), emprega o método genealógico para

desnaturalizar a formação da subjetividade moderna no campo da sexualidade e da intimidade. A genealogia foucaultiana recusa qualquer essência atemporal do sujeito, demonstrando que aquilo que entendemos por “identidade” ou “natureza” do sujeito é, na verdade, efeito de práticas históricas específicas. Como o próprio Foucault (2016, p. 13) esclarece:

(...) a subjetividade não é concebida a partir de uma teoria prévia e universal do sujeito, não é relacionada com uma antropologia de valor universal. A subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade.

Em outras palavras, não existe um sujeito trans-histórico dado; ao contrário, são os dispositivos históricos de saber-poder que engendram modos de ser sujeito. A história surge, assim, como o *a priori* das práticas de subjetivação — o terreno no qual se consolidam determinados estilos de vida e experiências de si, posteriormente naturalizados como se fossem inerentes à condição humana.

No caso da sexualidade e da vida íntima, a perspectiva genealógica evidencia como o casal monogâmico, a vergonha

sexual e a codificação normativa da intimidade não decorrem de uma verdade natural sobre as relações humanas, mas de construções históricas contingentes. Foucault (2016, p. 14) demonstra, por exemplo, que até mesmo o conceito moderno de sexualidade é relativamente recente — uma esfera “que chamamos (...) de sexualidade”, e isso “desde relativamente pouco tempo (menos de dois séculos)” —, sugerindo que os modos pelos quais nos entendemos enquanto seres sexuados foram inventados e transformados ao longo do tempo. Com efeito, em *Subjetividade e verdade*, Foucault investiga a genealogia da moral sexual ocidental, rastreando na Antiguidade greco-romana e nos primórdios do cristianismo os dispositivos pelos quais se forjaram as noções de pudor sexual, de vínculo conjugal e de interioridade íntima que moldariam a subjetividade moderna. Essa investigação histórica permite “desnaturalizar” tais noções, mostrando não haver nelas um fundamento universal, mas sim um jogo complexo de discursos, interdições e técnicas de subjetivação que se cristalizou progressivamente.

A partir de sua investigação, é possível conceber como o casal monogâmico heterossexual foi inventado e promovido como um imperativo ético

universal, tornando-se o eixo em torno do qual se organizam tanto a moral sexual quanto determinados estilos de vida considerados “normais”. A genealogia exposta por Foucault mostra que essa centralidade do casal foi o resultado de um longo processo de consolidação histórica, no qual práticas discursivas pagãs e cristãs se articularam para codificar a intimidade e domesticar a sexualidade em parâmetros rigorosos.

Desse modo, ao investigar os condicionamentos históricos da sexualidade ocidental, Foucault desconstitui a aparência de naturalidade que recobre categorias como “casal” e “vergonha sexual”. Ao invés de aceitar tais categorias como dados universais ou essências imutáveis, a abordagem genealógica as compreende como produto de relações de poder-saber, forjadas em contextos específicos e disseminadas através de regras, interdições e deveres. Vale notar que Foucault questiona explicitamente a suposta origem cristã exclusiva desses valores, indicando que o código de moralidade sexual que se atribui ao cristianismo pode ter sido criado antes dele, em meio ao que se convencionou chamar de “paganismo”. Essa observação reforça o caráter contingente e não essencial das normas que regem a

intimidade: elas não emanam de uma verdade religiosa eterna nem de uma natureza humana fixa, mas de uma sucessão de estratégias históricas. Essa postura crítica, de rigorosa análise histórica, não apenas recusa a essência dos sujeitos, mas também desvela as condições políticas e discursivas que possibilitaram certo modo de vida. Ao evidenciá-lo, Foucault abre espaço para questionarmos os limites e as possibilidades éticas do presente: aquilo que foi historicamente produzido pode, igualmente, ser historicamente transformado.

Biopoder, governamentalidade e a inscrição da vida no campo político

Ao darmos continuidade a uma análise teórica das formas de poder, torna-se imprescindível reconhecer as formulações de Foucault acerca da constituição do biopoder como forma de governo voltada à vida e seus desdobramentos disciplinares e populacionais. Nesse sentido, o autor identifica, na passagem para a modernidade, uma mudança fundamental em relação ao poder soberano tradicional. O antigo modelo de soberania definia-se pelo “direito de vida e de morte”, isto é, o privilégio de tirar a vida ou permitir que se

viva (Foucault, 1999, p. 286). Em contraste, emergiu ao longo do século XVIII um arranjo inverso, centrado em “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 287), instaurando uma nova tecnologia de poder orientada não mais apenas pela ameaça de morte, mas pela administração calculada da vida. Essa transformação marca o surgimento do biopoder, forma de poder que se exerce sobre os seres humanos enquanto população viva, tendo como objetivo político gerir, promover e otimizar os processos da vida.

No âmbito do biopoder, o corpo individual é inscrito no campo político de maneira inédita pelas tecnologias disciplinares. Desde o século XVII, conforme demonstrado por Foucault, desenvolveram-se dispositivos de poder que incidem diretamente sobre os corpos, adestrando-os e submetendo-os a uma ordem de utilidade e docilidade. O corpo passa a ser alvo de um minucioso controle de hábitos, gestos e comportamentos, visando torná-lo simultaneamente útil e obediente. Por meio de técnicas de vigilância, punições normativas e rotinas rigorosas, a disciplina “fabrica” corpos dóceis, ou seja, corpos cuja produtividade econômica cresce na mesma medida em que se reforça sua submissão política. Trata-se de uma anátomo-política do corpo

(Foucault, 2014), em que os indivíduos são moldados fisicamente para se adequarem às finalidades do poder.

Em síntese, o biopoder foucaultiano designa esse conjunto de técnicas e racionalidades pelas quais o poder se difunde no nível da vida, articulando a disciplina do corpo e a regulação da população. Trata-se de uma forma de governo profundamente distinta da soberania clássica, pois opera através da promoção da vida em vez do direito de morte. Contudo, essa nova positividade do poder — que faz viver — não elimina as coerções; ao contrário, ela as reformula em termos de normatividade biológica e gestão científica. A constituição do biopoder traz à tona novos dilemas e estratégias: o corpo é politizado em sua materialidade, a população é concebida como objeto e alvo de saberes, e as ciências da saúde tornam-se aliadas do Estado na produção de um discurso de verdade sobre como viver. Essa lógica permanece ativa nos modos contemporâneos de governamentalidade, incluindo as sociedades neoliberais atuais, nas quais o ideal de maximização da vida, da performance e da saúde continua a orientar políticas e práticas sociais. Desse modo, o biopoder inaugura uma era em que governar é, antes de tudo, administrar a vida, integrando saberes científicos,

normatividade e poder político na condução dos comportamentos individuais e coletivos.

*Poder pastoral e neoliberalismo:
produção da subjetividade, docilização
e gestão da vida*

Como foi apresentado, por meio de dispositivos diversos (discursos científicos, normas sociais, instituições), o poder modela condutas e instala nos indivíduos uma disposição à obediência, tornando-os úteis e submissos. Foi nesse contexto que emergiu a figura dos corpos dóceis, prontos para serem integrados aos sistemas de produção e controle (Foucault, 2013). Desse modo, seguindo as reflexões do filósofo, o poder moderno invade a vida não pela força bruta, mas pela indução sutil de formas de pensar e agir que os próprios indivíduos passam a considerar naturais e desejáveis.

Nesse sentido, Foucault denomina governamentalidade essa nova racionalidade política que toma a população e a vida como objetos centrais de intervenção. Por esse termo entende-se:

(...) o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as

táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p. 143).

Trata-se, portanto, de uma “arte de governar” que articula o nível individual e o coletivo, exercendo-se tanto sobre todos quanto sobre cada um. Essa tecnologia de poder, conforme aponta Foucault (2008), tem raízes no poder pastoral desenvolvido no Ocidente cristão. No modelo pastoral, o governante (o pastor) cuida de uma coletividade (o rebanho) em sua totalidade, mas dedica atenção individual a cada sujeito, individualizando-o — paradoxo expresso na fórmula *omnes et singulatim* (todos e cada um) (Foucault, 2008, p. 238). A Igreja cristã aperfeiçoou esse dispositivo durante séculos, ao incitar práticas como o exame de consciência e a confissão, nas quais o fiel era levado a produzir e relatar uma verdade sobre si mesmo. Em outras palavras, o poder pastoral produz sujeitos ao induzi-los a se autoexaminarem e a se submeterem a uma verdade interior, estabelecendo um mecanismo de controle pelo vínculo da consciência. Essa forma de

poder, embora de origem religiosa, não desaparece com a secularização; ao contrário, é ressignificada e incorporada à política a partir do século XVIII (Foucault, 2016).

A governamentalidade moderna torna-se, assim, herdeira da lógica pastoral: o Estado laico adota a função de “cuidar” da vida da população, guiando condutas e inculcando normas, porém agora com ferramentas científicas e administrativas. O poder torna-se cada vez mais anônimo e difuso, presente em instituições (escolas, fábricas, hospitais) e saberes especializados (medicina, economia, psicologia) que ditam como os indivíduos devem se comportar para serem “saudáveis”, “produtivos” ou “normais”. O governo das condutas passa a ser imanente à sociedade, operando de dentro para fora, e as pessoas governam a si mesmas e aos outros na medida em que interiorizam as prescrições de poder que as cercam.

Essa racionalidade governamental, contudo, adquire um novo contorno no século XX com a ascensão do neoliberalismo, que Foucault (2008) identifica como uma atualização da arte de governar. Tal atualização aprofunda a produção da subjetividade sob a lógica do mercado, forjando o ideal do indivíduo autogerido: o empreendedor de si mesmo.

O neoliberalismo não se define, portanto, por um Estado mínimo, mas por uma estratégia de responsabilização individual e normatização da vida via mercado. Nele, a figura do *homo oeconomicus* é redefinida: deixa de ser o “parceiro da troca” da economia clássica para se tornar um empresário de si, portador de um capital humano que deve ser permanentemente otimizado. Cada pessoa é, assim, instigada a se ver como uma empresa, investindo em si, competindo e assumindo os riscos do próprio existir. A lógica da concorrência e da performance é estendida a todas as esferas da vida, convertendo atributos como conhecimentos, habilidades e até traços de personalidade em capital a ser continuamente aprimorado.

O ideal neoliberal é, portanto, o da auto otimização incessante. O sujeito é convocado a aumentar sua “empregabilidade”, a disciplinar seu corpo e suas emoções para as exigências da produtividade e a consumir os bens e serviços que moldam uma identidade de sucesso. Simultaneamente, é responsabilizado por suas falhas: o fracasso profissional, a doença ou a pobreza são interpretados como resultado de escolhas ou empenho individuais, e não de fatores estruturais. Essa dinâmica aprofunda a docilização em um nível mais refinado que

o meramente disciplinar, pois o sujeito se vigia e se cobra para se alinhar aos padrões de excelência, impulsionado pela lógica infinita do lucro. A norma deixa de ser uma imposição externa e se converte em um imperativo interno, uma voz da consciência empresarial que incita: “seja proativo, reinvente-se, você é o responsável pelo seu sucesso”.

Nesse contexto, o poder realiza plenamente seu ideal capilar de governar através da liberdade e da escolha. Embora formalmente livres, os indivíduos têm suas decisões sutilmente orquestradas por múltiplos mecanismos (indicadores de desempenho, rankings, cultura de autoajuda) que as orientam em uma direção funcional à ordem vigente (Foucault, 2008). O resultado é um quadro de auto exploração normatizada, no qual as pessoas trabalham incessantemente sobre si mesmas para atender às expectativas sociais, naturalizando desigualdades e se culpabilizando por suas próprias desventuras.

Desse modo, a governamentalidade neoliberal representa o auge de um processo histórico no qual o poder se torna internalizado nos próprios sujeitos. Toda a existência, do cuidado com a saúde à trajetória profissional e da conduta íntima à gestão financeira, transforma-se em objeto

de cálculo e autogestão. A biopolítica, em sua lógica de “fazer viver e deixar morrer”, atinge a esfera mais íntima, incitando os sujeitos a conformarem suas vidas a parâmetros de produtividade e sucesso, sob o risco de, em qualquer desvio, serem socialmente “deixados para morrer” na forma de abandono, marginalização ou precarização.

Essa produção de modos de vida normativos, alicerçada na responsabilização individual, cumpre uma estratégia política central: naturalizar as relações de poder e, conseqüentemente, despolitizar as questões sociais. Assim, quando os indivíduos são levados a se perceberem como empreendedores autossuficientes, fracassos coletivos como o desemprego em massa ou a crise do acesso à saúde são traduzidos em termos de falha moral individual — falta de esforço, de talento ou de disciplina. A crítica de inspiração foucaultiana alerta para este efeito perverso: ao se disseminar pelos capilares da sociedade, o poder neoliberal neutraliza a resistência ao inscrever suas normas nos desejos e projetos de cada um. O resultado é a produção de sujeitos que, embora constituídos pelo poder, agem como seus porta-vozes, mantendo-se dóceis às exigências sistêmicas em nome da própria liberdade.

A tarefa crítica consiste, então, em evidenciar essas estruturas e lógicas de poder e questionar a suposta inevitabilidade dos modos de vida que elas nos impõem.

Captura neoliberal das lutas: indivíduo autogerido

Análises críticas, como as de Suelly Rolnik (2018) e Achille Mbembe (2018), demonstram a capacidade do capitalismo contemporâneo de capturar forças de resistência e diferenças culturais, convertendo-as em mercadorias. Rolnik (2018) descreve esse processo como “cafetinagem da criação”: energias insurgentes que emergem na sociedade são rapidamente apropriadas pelo mercado para reforçar a acumulação. O que surge como potência crítica de transformação é, assim, convertido em combustível para novos produtos e estilos de vida, esvaziando seu conteúdo subversivo. A luta negra constitui um exemplo paradigmático. Movimentos antirracistas, com sua crítica radical ao sistema, são metabolizados pelo mercado, que transforma o clamor por igualdade em valor agregado e oportunidade de lucro.

Aprofundando essa análise, Achille Mbembe (2018, p. 21) mostra que a mercantilização da existência negra remonta à escravidão, quando o negro foi

feito “o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria”. Essa redução da pessoa a objeto persiste em formas atualizadas, como em estratégias de marketing que vendem uma suposta celebração da identidade para, na prática, monetizar a diferença. A consequência, de inspiração marxista, é perversa: a força potencialmente revolucionária de uma população é revertida em fonte de lucro para o capital. O dissenso é neutralizado ao ser transformado em estilo de consumo, e a rebeldia, reempacotada como diferença inofensiva.

Essa captura insere-se, como alerta Mbembe, em uma economia política mais ampla da vida e da morte: a necropolítica. Ao mesmo tempo que incorpora certos grupos como consumidores, o neoliberalismo aprofunda a precarização de outras vidas, exercendo o poder soberano de decidir quais populações podem ser abandonadas à miséria ou à violência. Em suma, o neoliberalismo captura identidades antes insurgentes (negras, LGBTQIA+, contraculturais), tornando-as prontas para o consumo, enquanto os fundamentos da opressão permanecem intactos (Rolnik, 2018). A resistência a esse mecanismo, portanto, implica uma recusa às identidades

fixas que o mercado explora, em favor de uma política de coalizão e multiplicidade.

A captura das lutas coletivas é o contraponto de outra estratégia neoliberal central: a promoção da ideologia do indivíduo autossuficiente. A noção, propagada por discursos motivacionais, de que o sucesso depende exclusivamente do esforço e da mentalidade (*mindset*) individuais é uma construção funcional aos interesses do poder. Como apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo impõe ao sujeito uma incessante necessidade de autoaperfeiçoamento, enquanto Wendy Brown (2019) analisa como esse ethos individualista eclipsa as dimensões estruturais das dificuldades, culpabilizando as vítimas da desigualdade por sua própria condição.

Essa lógica de culpabilização ignora fatores como discriminação e pobreza, reforçando uma ética cruel do desempenho e alienando os sujeitos dos contextos políticos que compartilham. A alienação é precisamente o que legitima o neoliberalismo: indivíduos que se creem sozinhos não demandam mudanças sistêmicas. Nesse sentido, Wendy Brown (2015) observa que a razão neoliberal redefine os cidadãos como empreendedores, e não mais como membros de um corpo político solidário,

enfraquecendo a própria democracia. Contrapondo-se a isso, a afirmação de Angela Davis (2018, p. 98) de que “não há como ser livre sozinho” ressalta a urgência de recuperar a dimensão coletiva da ação. Portanto, rechaçar o mantra do *self-made man* e “pensar e fazer coletivamente” é um gesto subversivo: implica recolocar o sofrimento no plano das forças sociais que o produzem, negar ao poder a facilidade de governar os sujeitos isoladamente e, assim, reacender a possibilidade de transformação.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou como o neoliberalismo transcende o regime econômico para se tornar uma poderosa matriz de subjetivação, que impregna os modos de vida com sua lógica gerencial. Por meio de uma leitura foucaultiana, demonstrou-se que os discursos de liberdade e mercado moldam afetos e desejos sob a retórica da produtividade. Na perspectiva da governamentalidade, o poder não apenas proíbe, mas se insinua nas relações para “dirigir a conduta de indivíduos e grupos” (Foucault, 2008, p. 258). A liberdade prometida revela-se, assim, ilusória, sustentada por discursos de verdade — meritocracia, competição, responsabilidade

individual — que produzem subjetividades já reguladas para o mercado.

Todavia, a crítica genealógica abre caminhos para a resistência. Ao expor a história contingente das nossas certezas, ela demonstra que não estamos condenados a repetir o roteiro neoliberal. A resistência emerge, então, em gestos cotidianos e coletivos: tempos de cuidado mútuo que escapam ao cálculo, laços de solidariedade que subvertem a competição e a escolha de criar formas de vida não mercantilizadas. Nesses interstícios do cotidiano, na recusa ao imperativo do “empresário de si”, germina uma ética alternativa.

Nesse horizonte, a genealogia foucaultiana reafirma-se como um dispositivo ético-político imprescindível. Ao desentranhar os fios que tecem nosso modo de ser, ela desnaturaliza o presente e revela que as condições em que existimos, por serem historicamente produzidas, podem ser igualmente transformadas. Não se trata, portanto, de um mero instrumento explicativo, mas de uma ferramenta de emancipação que, ao expor a arbitrariedade dos discursos dominantes, devolve ao sujeito a capacidade de agir sobre si mesmo. Insistir nessa crítica genealógica é, em última análise, insistir na invenção de novos modos de existir: é formular uma contra conduta ética que, em vez de se

submeter aos imperativos do desempenho, busca ativamente construir relações pautadas pela justiça, pelo cuidado e por uma liberdade reflexiva.

Referências

- Abumanssur, H. O. (2017). Breve ensaio sobre poder em Foucault. *Pensamento & Realidade*, 31(4), 112–123. <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/30111>
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books.
- Brown, W. (2019). *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante* (F. Barat, Org.; H. R. Candiani, Trad.). Boitempo.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault*. Brasiliense.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)* (E. Brandão & C. Berliner, Trans.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad., 8a ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramalhe, Trad., 41a ed.). Vozes.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade: Vol. 1. A vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Paz e Terra.
- Foucault, M. (2016). *Subjetividade e verdade: Curso no Collège de France (1980-1981)* (R. C. Abílio, Trad.). Martins Fontes.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: História e implicações*. Loyola.
- Machado, R. (1995). Por uma genealogia do poder. In M. Foucault, *Microfísica do poder*. Graal.
- Marx, K. (2013). *O capital: Livro I — Crítica da economia política: O processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad.). Boitempo.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Ricupero, B. (2024, 8 de janeiro). O que foi o 8 de janeiro? *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro>
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. N-1 Edições.
- Safatle, V. (2021). *Circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
-

Waldenilson Teixeira Ramos. Universidade Federal Fluminense.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3485-0455>

Email: waldenilsonramos@id.uff.br

Fernando da Silva Mancebo. Universidade Federal Fluminense.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2981-475X>

Email: fernandomancebo@id.uff.br

Isabela Schneider. Universidade Federal Fluminense.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9200-1787>

Email: isabela_schneider@id.uff.br

Recebido em: 19/06/2025

Aceito em: 13/08/2025

Contribuição dos autores:

Conceitualização: W. T. R.

Redação do manuscrito: W. T. R.; F. S. M.; I.S.

Análise dos dados: W. T. R.; F. S. M.; I. S.

Revisão e edição: F. S. M.; I. S.
